



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - FAJS

ARTHUR GUGEL SILVA

O PENSAMENTO E O PODER MODERNO CHINÊS:

Análise da securitização acerca da ascensão chinesa

Brasília

2016

ARTHUR GUGEL SILVA

O PENSAMENTO E O PODER MODERNO CHINÊS:

Análise da securitização acerca da ascensão chinesa

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: MSc. Frederico Seixas Dias

Brasília

2016

ARTHUR GUGEL SILVA

O PENSAMENTO E O PODER MODERNO CHINÊS:

Análise da securitização acerca da ascensão chinesa

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: MSc. Frederico Seixas Dias

Brasília, __ de _____ de 2016

BANCA EXAMINADORA

Frederico Seixas Dias

“ 冷静观察、
稳住阵脚、
沉着应付、
韬光养晦、
有所作为、
决不当头。”

Observe e analise calmamente,
Fortaleça sua própria posição,
Encare a mudança com confiança,
Oculte sua própria capacidade,
Contribua com sua parte,
Nunca se torne o líder. ”

Deng Xiaoping

RESUMO

A presente monografia busca analisar o conflito do Mar do Sul da China dentro do novo contexto internacional com crescente influência chinesa. A análise da securitização, com base teórica na Escola de Copenhague de Relações Internacionais, é utilizada para melhor compreender a posição política chinesa frente à questão. Inicialmente, explora-se o contexto teórico da pesquisa, com a definição de segurança e securitização para a Escola de Copenhague. A contextualização da construção das ameaças à estabilidade política, tanto por parte do ocidente quanto por parte da China, é expandida por meio de uma análise histórica e política do Estado moderno chinês, que identifica duas figuras essenciais para a compreensão do cenário político, Mao Tse-tung e Deng Xiaoping. Suas ideias são contrapostas com a questão da securitização, com o intuito de compreender suas relevâncias para a conceituação das ameaças para a estabilidade política chinesa. Dois acadêmicos chineses de Relações Internacionais são identificados para elaborar a compreensão do assunto, Yan Xuetong e Qin Yaqing. Apresenta-se uma síntese de suas pesquisas e novamente busca-se compreender sua relevância na análise da securitização. Finalmente, o discurso político do atual presidente, Xi Jinping, é analisado com base na síntese de todos os pensamentos previamente apresentados, além da análise do documento secreto para membros do Partido Comunista Chinês vazado em 2013 denominado Documento 9. Conclui-se que o processo de securitização atualmente concentra-se numa oposição aos valores ocidentais, baseando-se em valores Maoístas mas com forte influência das demais vertentes apresentadas e da história do Estado moderno chinês, e que o discurso acerca da expansão chinesa no Mar do Sul da China ecoa parte desse sentimento de oposição ao ocidente.

Palavras-chave: Ascensão da China. Securitização. Política da China. História do Estado chinês. Conflito do Mar do Sul da China.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the South China Sea conflict within a new international context where China is becoming increasingly more influential. The analysis of the securitization, theoretically based on the Copenhagen School of International Relations, is used in order to better understand the political position of the Chinese government about the topic. Initially, the theoretical aspect is explored, by defining security and securitization according to the Copenhagen School. The context for the construction of threats to political stability, both by the Western and the Chinese perspective, is expanded by a historical and political analysis of the modern Chinese government, and two main figures essential to understanding its political background are identified, Mao Zedong and Deng Xiaoping. Their ideas are pitted against the notion of securitization, with the goal of comprehending their relevance to the conceptualization of threats to Chinese political stability. Two Chinese scholars are identified to expand the analysis, Yan Xuetong and Qin Yaqing. Their research is synthesized in order to comprehend their relevance in the analysis of securitization. Finally, the political discourse of Xi Jinping, China's present leader, is analyzed according to a synthesis of all the previously presented thinkers. A secret document leaked in 2013 written for members of the Chinese Communist Party entitled Document 9 is also analyzed. The conclusion of this paper is that the process of securitization is presently concentrated in an opposition to western values, based on Maoist thought but with heavy influence from the other thinkers presented here and the political history of China, and that the discourse about the Chinese expansionism in the South China Sea echoes part of this sentiment.

Keywords: Rise of China. Securitization. Politics of China. History of the Chinese State. South China Sea conflict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A SECURITIZAÇÃO E A ASCENSÃO CHINESA	11
1.1 ANÁLISE DA SECURITIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA EUA-OCIDENTE ..	13
1.2 ANÁLISE DA SECURITIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA CHINA	14
1.3 NATUREZA DAS AMEAÇAS	17
2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO MODERNO CHINÊS	19
2.1 HUMILHAÇÃO PERANTE O OCIDENTE E A NECESSIDADE DE REVIGORAMENTO	20
2.2 O PODER POLÍTICO NASCE NO CANO DA ESPINGARDA – MAO TSE- TUNG	22
2.3 BUSQUE A VERDADE DOS FATOS – DENG XIAOPING	25
2.4 AS AMEAÇAS SEGUNDO A POLÍTICA CHINESA	27
3. O PENSAMENTO ACADÊMICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS CHINÊS E SEUS DOIS MAIORES REPRESENTANTES	29
3.1 A ESCOLA DE TSINGHUA – YAN XUETONG	32
3.1.1 <i>O REALISMO MORAL</i>	33
3.1.2 <i>O PODER POLÍTICO COMO FATOR DETERMINANTE PARA O PODER ESTATAL</i>	35
3.2 A ESCOLA TRADICIONAL – QIN YAQING	37
3.2.1 <i>O TIANXIA E O INTERNACIONAL</i>	37
3.2.2 <i>A DICOTOMIA E O OBJETIVISMO OCIDENTAL</i>	39
3.3 AS AMEAÇAS SEGUNDO A ACADEMIA CHINESA	42

4. O DISCURSO POLÍTICO DE XI JINPING E A SECURITIZAÇÃO	44
4.1 O DOCUMENTO NÚMERO 9	46
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

A ascensão econômica chinesa nos leva a questionamentos acerca dos mais diversos aspectos de análise no âmbito das Relações Internacionais. As disciplinas que compõem o estudo de Relações Internacionais nos indicam uma gama de assuntos que podem ser abordados em um número de temas relacionados, como a economia, sociologia, direito ou temas oriundos da própria disciplina de Relações Internacionais. Notadamente, o tema de segurança é um dos mais tradicionalmente relevantes na disciplina.

Presentemente, pode-se observar a questão, de forma pontual, nas disputas do Mar do Sul da China, onde a movimentação estratégica chinesa leva à construção de supostas bases militares em ilhas artificiais. O território marítimo é alvo de disputas territoriais desde o início das atividades em novembro de 2013 por parte das Filipinas, Vietnã e Malásia.

O alicerce da expansão marítima chinesa não é apenas a questão regional. O início da expansão se dá logo após o discurso de rebalanceamento da política externa Norte-Americana pela administração Obama em 2011, o chamado “*Pivot to the Pacific*” (MANYIN et al. 2012) que identifica a Ásia como o novo centro de seus interesses. Frente às questões de segurança o governo chinês identifica a necessidade de fortalecer suas defesas nacionais na ásia, visto que uma expansão por parte de aliados dos Estados Unidos na região apresenta risco potencial a uma de suas maiores rotas comerciais.

Na maioria da comunidade internacional, a manobra chinesa foi vista com extrema negatividade. A afirmação por parte dos Estados Unidos e seus aliados na região é de que a China estaria ameaçando a liberdade de navegação (FENG, 2015). Consequência da ação chinesa e da reação internacional, instala-se um cenário de instabilidade na área, culminando nos recentes avanços de outubro de 2015 e janeiro de 2016, onde os Estados Unidos enviam navios de batalha para a patrulha da região.

O conflito do Mar do Sul da China é o ponto onde, atualmente, ocorre a maior chance de uma escalada militar entre EUA e China, portanto é um dos aspectos essenciais para a compreensão das relações entre ambos. A análise acerca da ascensão chinesa engloba os mais variados temas presentes no estudo de Relações Internacionais, porém a

segurança internacional e a análise da ameaça percebida pelo resto do mundo ocupam um espaço essencial para o analista interessado em tal situação.

A atual pesquisa propõe uma análise, baseada no conceito da Escola de Copenhague de Relações Internacionais, da securitização acerca da ascensão chinesa na esfera política, inicialmente buscando apresentar uma conceituação da visão ocidental e posteriormente a construção de novos conceitos que diferem dos ocidentais pela política e academia chinesa no capítulo 1.

Para melhor compreender a conceituação chinesa, é feita uma apresentação da história do Estado moderno chinês e de seus principais idealizadores. Duas personalidades são identificadas como as grandes forças motrizes da política chinesa moderna, Mao Tse-tung e Deng Xiaoping, e suas principais ideias são expostas ao longo do capítulo 2.

Elaborando a relação da política chinesa e o sistema internacional, dois autores chineses de Relações Internacionais são identificados como os grandes nomes da academia chinesa a respeito do assunto, Yan Xuetong e Qin Yaqing, e suas análises acerca do assunto são apresentadas no capítulo 3.

Finalmente, é feita uma análise no capítulo 4 baseada na conceituação da securitização chinesa aplicada ao discurso de Xi Jinping, atual presidente da China, além do documento secreto vazado em 2013, intitulado Documento 9, que orienta ideologicamente os membros do Partido Comunista Chinês a se protegerem contra os valores ocidentais, tidos como ameaça à estabilidade política. Conclui-se que toda a conceituação apresentada nos capítulos 2 e 3 permeiam o discurso político e a construção da ameaça apresentada no Documento 9, com maior representatividade do pensamento Maoísta do que é observado ao longo das últimas décadas.

1. A SECURITIZAÇÃO E A ASCENSÃO CHINESA

A segurança, sendo um dos pilares da disciplina de Relações Internacionais, é parte essencial da análise do conflito do Mar do Sul da China. Sua definição não é consenso entre diversas teorias e autores, porém a atual pesquisa utiliza-se da teorização da Escola de Copenhague para análise.

Quanto à questão da segurança internacional, Buzan, Wæver e Jaap de Wilde classificam-na (1998, p. 20)

The answer to what makes something an international security issue can be found in the traditional military-political understanding of security. In this context, security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them. The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats. Traditionally, by saying “security”, a state representative declares an emergency condition, thus claiming a right to use whatever means are necessary to block a threatening development.

A visão dos três autores, posteriormente denominados pela escola de Copenhague de Relações Internacionais, indica a importância de uma análise multifacetada da questão do mar do sul da China e da percepção da ameaça que a ascensão chinesa traz ao ocidente e suas potências. A invocação da segurança legitima ações que podem ser descabidas a situação, causando potenciais riscos ao sistema internacional. Logo, a confrontação entre China e Estados Unidos é inevitável, porém pode ser aproximada de diversas formas diferentes, relativas à percepção da ameaça de segurança apresentada pela situação.

Ao tomar-se o posicionamento de que o contexto da segurança internacional se refere não exclusivamente às ameaças sólidas para o governo, território ou sociedade de determinado Estado, mas também como uma “chave” para a utilização legítima da força, a questão pode ser desmembrada em diversos níveis de análise nas quais ocorre o

fenômeno da securitização. Para a escola de Copenhagen, a análise da segurança pode dividir-se em setores: militar, ambiental, econômico, social e político.

A diferenciação dos setores de análise é uma opção metodológica para aproximar-se da questão da securitização. Apesar da securitização, como um todo, ser uma síntese dos múltiplos setores, a decisão de utilizar um dos setores é benéfica para uma melhor precisão da análise apresentada. A presente pesquisa tem como foco o setor político.

A análise política da segurança é, essencialmente, composta pela estabilidade organizacional de sua ordem social. A ameaça ao setor político é observada em questões relacionadas a soberania de seu Estado ou unidade política, ou seja, ameaças à legitimidade governamental ou ao reconhecimento de tais governos, sendo a primeira o pilar de estabilidade interno e a segunda o pilar de estabilidade externo.

Os atores da análise política são as organizações políticas de determinados territórios. Infere-se, com base na história do desenvolvimento político chinês e da forte liderança governamental encontrada no regime chinês, que uma análise política é essencial para compreensão da posição internacional ocupada pela China frente à sua ascensão econômica.

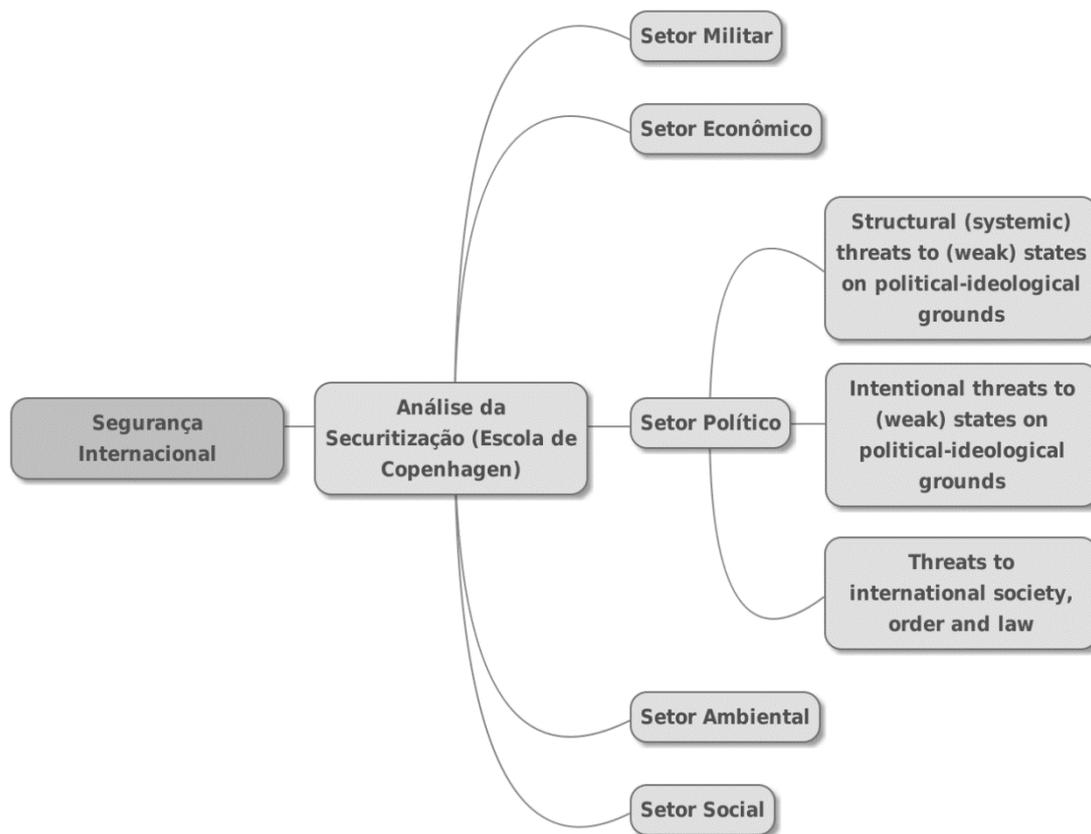


Figura 1 – Mapa mental teórico. Autoria própria.

O mapa mental indica a racionalização da escolha pela teoria da Escola de Copenhague. Essa é uma das possíveis teorias para analisar a segurança internacional, enquanto sua análise divide-se nos cinco setores apresentados. No âmbito na análise do setor político, identificam-se alguns fatores mais relevantes para a presente análise que serão expostos de forma dividida, inicialmente pela análise da securitização pelo ponto de vista dos EUA-ocidente e posteriormente pelo ponto de vista chinês.

1.1 ANÁLISE DA SECURITIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA EUA-OCIDENTE

Dentre as diferentes dinâmicas nas quais a securitização ocorre (BUZAN ET AL, 1998), duas delas são excepcionalmente relevantes para a presente análise relacionada à ameaça da ascensão chinesa, sendo a terceira relevante para a análise do ponto de vista chinês:

- “*Structural (systemic) threats to (weak) states on political-ideological grounds*”, ou seja, o ato de contestação do sistema político de um estado, não simplesmente por um outro Estado, mas por princípios incompatíveis, resultados do desenvolvimento da sociedade internacional. Os valores chineses são frequentemente contestados como base da problematização de sua ascensão e esse estranhamento é baseado em uma gama de motivações, sejam ideológicas (IKENBERRY, 2008), religiosas (DONG, 2014), políticas (YAN, 2011), dicotômicas (QIN, 2007).
- “*Threats to international society, order and law*”, ou seja, o ato de contestação política com base na percepção de uma ameaça internacional. O caso do mar do sul da China se aproxima dessa categorização de ameaça, visto que base da argumentação americana para a recente intervenção é a questão da lei internacional de liberdade de navegação (FENG, 2015). De forma mais geral, a ascensão Chinesa gera uma percepção de instabilidade internacional por apresentar oposição ao atual hegemon (MEARSHEIMER, 2014).

Ecoando o pensamento da escola de Copenhagen, a preocupação do analista que se utiliza dessa definição de securitização não é apontar quais dessas concepções de ameaça são, de fato, problemas *reais* de segurança (embora essa questão seja interessante para a análise e compõe um dos centros da literatura acadêmica de Relações Internacionais chinesa), mas sim de qual é a forma que se toma a conceituação de uma ameaça de segurança. A conceituação do que se constitui um problema de segurança é fundamentalmente auto-referenciável, porém o seu impacto sobre a política internacional pode ser observado, ainda que de forma não puramente objetiva, com um certo nível de distância entre o ator e o analista (BUZAN et al, 1998, p. 204).

Compreendendo como se constituem as ameaças de segurança e o fato de que as mesmas podem vir a ser um fator de instabilidade para o governo da China, é natural que exista um contra-argumento por parte do mesmo. Ao se tomar o posicionamento de que essas ameaças não podem ser analisadas objetivamente, torna-se essencial o conhecimento do posicionamento chinês quanto essas questões para melhor compreender o impacto da situação na política internacional.

1.2 ANÁLISE DA SECURITIZAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA CHINA

Xi Jinping entra na liderança do Partido Comunista Chinês em novembro de 2012, com um discurso de fortalecimento de sua marinha e de maior assertividade em questões marítimas (CHAN; LI, 2015). Juntamente com a questão de assertividade no Mar do Sul da China, passa a reformar a posição da política externa chinesa.

Deng Xiaoping, em 1990, elabora uma estratégia de política externa, a chamada “Estratégia de 24 caracteres”, frente às situações delicadas para o Partido Comunista Chinês na questão da repressão à manifestação na Praça da Paz Celestial em 1989 e à queda de regimes Comunistas na Europa oriental. Essencialmente, a estratégia de Deng baseia-se em esconder as próprias capacidades, manter-se em “*low profile*” e nunca tentar tomar a liderança em assuntos internacionais. (DENG, 1994).

Seus princípios são seguidos até a entrada de Xi Jinping no poder, quando se nota uma diferença radical da posição chinesa na questão de política externa. Para ele, não mais deveria a China se manter em “*low profile*”, mas sim “*strive for achievement*”, ou seja, deixar de portar-se como um Estado secundário no sistema internacional e passar a ser mais assertiva em seus posicionamentos. A mudança de posicionamento foi criticada por parte da academia ocidental, porém estudos chineses revelam (YAN, 2014) que a estratégia é parte essencial da criação de um ambiente favorável para a ascensão chinesa.

A mudança de posicionamento indica um aumento considerável das capacidades chinesas. Quando Deng Xiaoping elabora sua estratégia, a China é obviamente muito inferior em capacidades militares, econômicas e políticas do que o atual hegemom. A alteração ideológica no governo Xi Jinping indica que não mais a China se sente totalmente acovardada diante do posicionamento norte-americano e de seus aliados na região. Supõe-se que existe a percepção por parte do governo de que as capacidades chinesas detêm, atualmente, oportunidade de firmar a China de forma mais assertiva em questões regionais, como o conflito do Mar do Sul da China.

O discurso de Xi Jinping tende a ser fomentado num desejo histórico de rejuvenescimento da nação chinesa, o qual merece atenção especial e será elaborado nos capítulos 2 e 4. O preceito de que a China deve recuperar a influência e relevância faz parte do discurso político chinês desde meados do século XX.

Com base na análise setorial apresentada pela Escola de Copenhague, o fenômeno da securitização pode ser analisado também na esfera política no ponto de vista do governo Chinês. Da mesma forma que existe a percepção da ascensão chinesa como ameaça, a política chinesa constrói uma percepção de ameaça global por parte dos Estados Unidos e sua esfera de influência. Duas das dinâmicas previamente mencionadas podem ser analisadas com base na influência política chinesa:

- *“Intentional threats to (weak) states on political-ideological grounds”*, ou seja, a percepção de que a ideologia presente no sistema internacional apresenta ameaça para o Estado, causando problemas internos por meio da orquestração de forças estrangeiras. Alguns pensadores chineses contestam a estrutura das relações internacionais como um todo e veem o sistema internacional baseado em princípios liberais como uma potencial ameaça, não só para a China, mas para todos os países em potencial ascensão por meio da imposição de seus regimes e políticas de “padrão duplo” (YAN, 2011). Preceitos da filosofia tradicional chinesa são frequentemente invocados para contestar a visão ocidental do sistema internacional (QIN, 2010).
- *“Threats to international society, order and law”*. Geralmente focada na percepção da intenção colonialista do atual hegemon e seus aliados de manter o sistema internacional controlado com base na força militar. No caso do mar do sul da China, observamos o avanço marítimo chinês com um discurso relacionado à necessidade de que haja respeito a uma China que consiga inserir-se na ordem internacional como nova superpotência. Essa ideologia é fortemente vinculada ao pensamento Maoísta, o qual atualmente encontra-se um período de rejuvenescimento como um movimento político conservador (LAM, 2012).

A construção das ameaças, intencionalmente ou não, tende a se auto-referenciar. O discurso do atual presidente na questão do Mar do Sul da China é evidentemente influenciado pela própria noção que o governo chinês tem da conceituação da ameaça da ascensão chinesa. Podemos inferir que parte da conceituação do ponto de vista chinês é uma reação à conceituação ocidental da ameaça causada pela sua ascensão.

1.3 NATUREZA DAS AMEAÇAS

As três dinâmicas analisadas tendem, portanto, a serem utilizadas de forma entrelaçada. Após a análise inicial, pode-se dividir a conceituação de ameaça de forma mais adequada para o presente estudo:

Conceituação da ameaça decorrente da ascensão chinesa pelos atores:

Natureza da ameaça	EUA-ocidente	China
Político-ideológica	Valores incompatíveis	Princípios liberais
Sociedade, ordem e lei	Ameaça material	Ameaça material

Tabela 1 – Conceituação da ameaça decorrente da ascensão chinesa pelos atores. Autoria própria.

Nesse caso, observa-se uma questão fortemente materialista no que se diz às ameaças para a sociedade, ordem e lei conforme analisadas pela Escola de Copenhagen. Tanto o ponto de vista EUA-ocidente quanto o chinês tendem a enxergar a questão com um prisma potencialmente militar: o confronto no Mar do Sul da China sendo um caso significativo para a análise.

As questões ideológicas se materializam no discurso dos valores e princípios. Uma das principais tentativas de deslegitimar o governo chinês por parte do ocidente é com base em valores democráticos e liberais, atualmente vistos como uma evolução da política antiga (QIN, 2010). A visão chinesa baseia-se na ideia de que os princípios liberais tendem a ter uma visão exclusiva de seus ideais, buscando uma mera expansão de seus preceitos sem preocupações com o desenvolvimento de sociedades alternativas, como é o caso da China.

O processo de construção das ameaças dos atores EUA-ocidente se relaciona, em grande parte, com as duas tradicionais vertentes do estudo de Relações Internacionais, o Realismo e o Liberalismo. A questão da ascensão chinesa é bastante marcante na literatura acadêmica e as diferentes análises tendem a observarem o processo de forma distinta.

A corrente Realista tende a analisar as questões materiais ocorridas com a ascensão chinesa, geralmente divididos entre a corrente ofensiva, que analisa a contenção do crescimento chinês como a melhor forma de manutenção internacional, e a defensiva, que analisa o surgimento de uma nova superpotência como algo favorável ao sistema e que deve ser acomodado de forma cautelosa para que não exista escalada armamentista (MEARSHEIMER, 2014). A questão da securitização analisada pela corrente Realista se preocupa, principalmente, em como evitar um conflito direto entre EUA e China com base em uma análise material. O Realismo não tende a se preocupar com as questões político-ideológicas tão intensamente, entendendo que o âmbito ideológico é, intencionalmente ou não, parte do poderio estatal e toma segundo plano frente às potenciais ameaças materiais.

A corrente Liberal tende a analisar a questão com base nas leis e instituições presentes no atual sistema internacional. Entende que a ascensão econômica da China é inevitável e não deve ser confrontada com base no militarismo, mas sim no sentido de “acomodação” de sua ascensão por meio do desenvolvimento de uma ordem liberal que force a China a operar no mesmo patamar institucional ocupado pelas atuais potências ocidentais, além de fazer com que a política internacional não se fragmente em arranjos regionais ou bilaterais para que tal ordem liberal possa ser “contornada” (IKENBERRY, 2008).

Conforme exposto previamente, a análise da securitização de acordo com a Escola de Copenhague não tem como objetivo definir se essas ameaças são *reais*, mas sim compreender o processo de conceituação das mesmas. Para o analista familiarizado com a literatura de Relações Internacionais, observa-se que a conceituação dos problemas de segurança, por parte dos atores, tende a ser próxima da análise especializada no assunto. Considerando que a conceituação é volátil e tende a se auto-referenciar, se compreende que um estudo mais profundo da análise especializada utilizada para basear a conceituação aqui apresentada é essencial.

Ao se tratar das questões políticas e ideológicas, entende-se que a análise da história de formação do Estado moderno chinês e seu contato com o sistema internacional ocidental é importante para uma melhor abordagem acerca do assunto. Portanto, o presente estudo busca explorar a história chinesa e o desenvolvimento dos estudos científicos de Relações Internacionais chineses, incluindo seus desenvolvimentos e

finalmente, utilizar os temas para uma análise do discurso político que baseia a questão da securitização pelo ponto de vista chinês.

2. O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO MODERNO CHINÊS

A China representa uma incógnita no atual sistema internacional. O país mais populoso do mundo, cuja história escrita data de 1200 AC, foi cenário de inúmeras reformas, revoluções e conflitos no âmbito doméstico e internacional desde o seu contato com a civilização ocidental. Para melhor compreensão do contexto do desenvolvimento da China moderna, é essencial que se compreenda a trajetória conturbada que a leva a fazer parte do mesmo sistema de Estados que se firma na Europa com o advento do tratado de Versalhes.

O marco do início dessa transição de um Estado dinástico para a China moderna é a Primeira Guerra do Ópio, iniciada em 1839. A guerra, iniciada pela Grã-Bretanha, foi repercussão de um desequilíbrio no comércio bilateral entre os países. Cada vez importando mais mercadorias da China e não conseguindo fomentar um mercado para suas próprias mercadorias, o governo inglês instaura o comércio de ópio na China, causando danos à sociedade, o qual é eventualmente proibido pelo governo chinês. Frente à proibição, os ingleses utilizam-se de seu poderio militar, desproporcional diante da oposição chinesa, para derrotar de forma rápida e eficiente o então governo da China, representado pela dinastia Qing.

Por consequência da derrota em 1842, os chineses são obrigados a assinar o Tratado de Nanquim diante da ameaça de invasão da cidade de Nanquim por tropas britânicas, marcando o primeiro de diversos “tratados desiguais” impostos por potências ocidentais. Além da concessão do território de Hong Kong, o referido tratado libera o comércio de ópio, visto pelos ingleses como uma forma eficiente e barata de expandir o seu mercado à China, o tratado também cede diversos portos para uso estrangeiro e promete à Grã-Bretanha um status de “nação mais favorecida” nas relações bilaterais (GREENBERG, 1983).

O tratado de Nanquim também é essencial para análise das transformações ocorridas na China durante o século XX (ZHANG, 2010). Além de ser considerado o marco da passagem para a era moderna, foi extremamente influente em todo o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista chinesa, presente desde a queda do império Qing até a Reforma e Abertura de Deng Xiaoping ao final dos anos 70, e estende-

se aos dias atuais. O tratado marca, na visão de grandes nomes da política e da *intelligentsia* chinesa, o início de um “século de humilhação”, onde uma próspera civilização é relegada pelas potências ocidentais à mera ferramenta para o seu crescente expansionismo em direção ao resto do globo (SCHELL; DELURY, 2013 p. 24).

A comparação com marcos similares, ocidentais, é apta. O Renascentismo, a Revolução Gloriosa, a Revolução Francesa, grandes marcos de transições no ocidente são períodos de vitória e triunfo. O marco da transição chinesa à modernidade é um período de humilhação perante o ocidente, fator que foi o pano de fundo para o surgimento de grandes mudanças que viriam a ocorrer no território chinês.

2.1 HUMILHAÇÃO PERANTE O OCIDENTE E A NECESSIDADE DE REVIGORAMENTO

A questão da humilhação perante o tratado de Nanquim traz um debate à tona: era necessário reerguer a China para recuperar sua dignidade perante o ocidente. Como seria dado o processo, portanto, foi uma questão bastante relevante para a política chinesa. Duas posições foram mais evidentes: a China deveria aprender com o ocidente no intuito de realçar sua prosperidade perdida, ou então tornar-se para sua própria história e tradição em busca de respostas. Essa questão permeia o pensamento moderno chinês e é observada até hoje no debate acadêmico e político acerca da posição chinesa perante a sociedade internacional.

As respostas variam de uma aceitação das ideologias políticas ocidentais por Sun Yat-sen (SCHELL; DELURY, 2013 p. 117), em sua tentativa de guiar a China na direção de uma democracia liberal, até a extrema rejeição por parte de Mao Tse-tung (SCHELL; DELURY, 2013 p. 229), em sua tentativa de criar um centro de resistência socialista caracterizada por um isolamento completo do ocidente, culminando na Revolução Cultural. A mesma questão pode ser categorizada também num âmbito de relações com o sistema internacional: se deveria a China tomar as providências necessárias para integrar-se à ordem mundial estabelecida após a Segunda Guerra, ou deveria se manter isolada num regime de economia socialista e isolamento político. A resposta adotada pelo

governo chinês variou ao longo da segunda metade do século XX, consequência da mudança de governos e ideologias que o guiaram.

Apesar da discordância ideológica entre os dois extremos do pensamento, observam-se alguns pontos de equilíbrio nas posições dos dois atores tão distintos. Após a queda da dinastia Qing, ambos Sun Yat-sen e Mao Tse-Tung observaram o imperialismo ocidental como o novo inimigo para uma China forte, havendo divergência na ideia de como aproximar esse novo inimigo. Sun Yat-sen, apesar de um proponente da democracia, não tomava a posição de que a democracia era o objetivo final de um processo político evolucionário (como parte do pensamento ocidental), mas sim como apenas uma etapa para reinstaurar a potência chinesa, uma espécie de ferramenta a ser manipulada pelo novo estado nação (SUN, 1982). Segundo sua visão, o povo chinês não teria alcançado o direito à democracia pelo mesmo caminho do ocidente, com séculos de repressão por parte da realeza e luta constante para a instauração da democracia. A repressão do Estado dinástico chinês era mínima, portanto o povo era mais livre do que se comparado com a população ocidental. Por isso, entendia, que o Estado chinês deveria trabalhar como uma forma de agente fixador da sociedade, não com ênfase na liberdade pessoal como no ocidente, mas como uma forma de união da sociedade chinesa.

Seu pensamento foi essencial para a primeira revolução chinesa em 1911, quando a dinastia Qing é derrubada. A época marca o início da interação do governo moderno chinês com o resto da sociedade internacional, porém o período conturbado na Europa e as diferenças ideológicas dentro do partido nacionalista de Sun acabam colaborando para que a China entre, novamente, em caos com o desencadear de uma guerra civil entre o partido nacionalista e o partido comunista.

Foi o movimento do “Quatro de Maio” um dos alicerces para o início da guerra civil. Foi um movimento estudantil iniciado em 1919 em oposição ao governo nacionalista de Sun, firmado na mesma base de sentimento patriótico, porém contra o rumo de sua liderança. As invasões violentas de tropas japonesas na primeira guerra, cuja China adere ao lado da Tríplice Entente em 1917 com a promessa de que territórios ocupados pela Inglaterra fossem devolvidos, assolam o território chinês e causam comoção entre os estudantes de Pequim e posteriormente toma a forma de um movimento cultural em outras regiões da China.

Eventualmente, as condições da devolução dos territórios não são cumpridas pelas potências europeias por meio do tratado de Versalhes, onde secretamente teriam sido negociadas com o Japão como parte do condicionante de seu rendimento (SCHELL; DELURY, 2013 p. 110). Isso, juntamente com acusações de corrupção herdadas do império Qing que teriam sido mantidas pelo governo de Sun, causam revolta no movimento estudantil. O movimento é essencialmente dual: por um lado, patriótico e nacionalista, por outro democrático e anti-feudal (JIN; ZHANG, 2014).

O movimento eventualmente é suprimido, mas indica uma indisposição da juventude intelectual chinesa com o governo de Sun, que eventualmente se expande à classe trabalhadora. Mao Tse-tung escreve sobre o movimento em 1939:

The May 4th Movement twenty years ago marked a new stage in China's bourgeois-democratic revolution against imperialism and feudalism. The cultural reform movement which grew out of the May 4th Movement was only one of the manifestations of this revolution. With the growth and development of new social forces in that period, a powerful camp made its appearance in the bourgeois-democratic revolution, a camp consisting of the working class, the student masses and the new national bourgeoisie. (MAO, 1965 p. 237)

O partido Comunista ganha força com o movimento e a guerra civil se inicia em 1927 e termina apenas em 1950, após um período de trégua por conta da invasão japonesa da Manchúria na segunda guerra, com a vitória das forças Comunistas lideradas por Mao Tse-tung que expulsa o partido nacionalista para Taiwan, onde firmam um novo governo liderado por Chiang Kai-shek, aliado próximo de Sun Yat-sen.

2.2 O PODER POLÍTICO NASCE NO CANO DA ESPINGARDA – MAO TSE-TUNG

Mao, chegando ao poder, compartilha a visão de que a China deve ser oposição ao imperialismo ocidental, porém toma uma posição mais radical do que a observada no

pensamento de Sun Yat-sen. Influenciado pelo movimento comunista russo, Mao entende que a única forma de se livrar da influência externa é por meio do isolacionismo. Durante os trinta anos de seu governo, a China manteve relações internacionais apenas com a União Soviética e países do eixo comunista, as quais se deterioraram rapidamente. A posse do premier russo Nikita Khrushchev marca o início da degradação das relações, propulsionada pela discordância ideológica com o pensamento radical de Mao, especialmente quanto à visão de coexistência com o ocidente capitalista (SCHELL; DELURY, 2013 p. 197). Para Mao, a tentativa de coexistência com o capitalismo era impensável e tida como uma afronta ao Marxismo, no qual baseava suas ideias. Em 1961, o Partido Comunista Chinês denuncia o partido russo como traidor, e rompe todas as relações.

A China, isolada então do centro do conflito da Guerra Fria, passa então a se concentrar cada vez mais em sua própria ideologia de desenvolvimento, encabeçada pelo pensamento Maoísta. O fundamento ideológico é observado no conceito de “revolução permanente”, onde Mao rejeita a tradição filosófica confucionista de harmonia como a característica ideal para as relações sociais (MAO, 1966). Em sua visão, a harmonia é o privilégio daqueles que detém o poder e as ferramentas para controlar a sociedade, fazendo paralelos entre a tradição confucionista e o imperialismo ocidental. A harmonia seria uma forma de manter o *status quo*, o qual rejeitava firmemente, portanto a revolução permanente seria a forma de rejeitar o *status quo* firmado desde a dinastia Qing. Para Mao, a natureza dos chineses influenciados pelo Confucionismo e seu ideal de harmonia (o qual será posteriormente analisado no capítulo 3), criara uma estagnação do desenvolvimento da China como uma potência mundial.

No intuito de atacar a natureza de estagnação dos chineses, Mao passa a tentar “reformular o pensamento”, criando um movimento de rejeição do pensamento tradicional e tudo que considerava ligado ao pensamento burguês que havia se implantado na China (SCHELL; DELURY, 2013 p. 229). A campanha de Educação Socialista é uma das formas tomadas para expandir esse pensamento, agindo também como uma forma de conter o pensamento capitalista dentro da China. Apesar dos repetidos problemas decorrentes de suas políticas revolucionárias, os programas de Educação Socialista são extremamente bem-sucedidos e Mao passa a ter um apoio popular colossal.

A falta de sucesso de suas políticas culmina no desastroso “Grande Salto Adiante”, uma tentativa de acelerar o processo de coletivização das terras de plantio e reorganização da sociedade rural por meio da abolição total da propriedade privada, levando a fonte de alimentação da população ao caos. Suas repetidas falhas fazem com que Mao perca o apoio dentro do Partido Comunista, apesar de ainda deter imenso apoio popular. O ano de 1966 marca o início da Revolução Cultural, um movimento iniciado por Mao para se manter no poder contando com o alto nível de apoio popular. Utilizando-se do discurso de que forças burguesas teriam se infiltrado no partido comunista para derrubá-lo (MAO, 1969), Mao incita a população a retirá-los por meio da guerra de classe. Em reação, forma-se a “Guarda Vermelha”, movimento que atingia diversas camadas da população, tanto militar quanto civil, de trabalhadores à membros do partido. A posição do movimento era marcada pela violência, perseguindo todos aqueles considerados “impuros” para o pensamento Maoísta (SCHELL; DELURY, 2013 p. 229).

A Revolução Cultural é, novamente, um período de turbulência na política chinesa. A sociedade e o governo passam a se dividir e todas as ações governamentais passam a ser concentrada quase que exclusivamente na tentativa de manter Mao no poder. Eventualmente, no início dos anos 70, Mao nota que sua tentativa de perpetuar o conflito traria um rompimento interno no partido comunista que colocaria toda a sua visão de rejuvenescimento da nação em cheque, assim gradativamente recuando seu posicionamento radical em prol de uma reaproximação com algumas figuras proeminentes da posição moderada dentro do partido, representada por Deng Xiaoping (SCHELL; DELURY, 2013 p. 259). Em contrapartida, a Revolução Cultural dá forças a um movimento radical dentro do partido.

Em 1972, Mao se encontra com o presidente americano Richard Nixon, marcando a reabertura das relações diplomáticas entre os dois países. A visita é o auge da aproximação de Mao com a ala moderada do partido, que apoiavam uma abertura das relações externas, em contraposto a ideia de isolamento do pensamento radical Socialista que apoiou durante parte de sua vida. As relações diplomáticas com os Estados Unidos marcam uma nova mudança de paradigma, em que o Estado chinês passa a tentar fazer parte do sistema internacional, interagindo com o ocidente capitalista que em sua maioria reconhecia o governo de Taiwan como o legítimo detentor da China (KISSINGER, 2011).

A morte de Mao em 1976 traz um novo período de instabilidade na política chinesa. O indicado por Mao para a liderança, Hua Guofeng, não detém o apoio necessário dentro do partido para continuar liderando o Estado, enquanto o grupo de radicais encabeçados por Jiang Qing, esposa de Mao, pressiona o resto do partido para continuar seguindo o pensamento Maoísta de revolução permanente. Eventualmente, Deng Xiaoping, em 1978, é readmitido no partido após ser expulso durante o período da Revolução Cultural e toma o poder com o apoio do lado moderado do partido, fomentando o início de um novo paradigma desenvolvimentista na China.

2.3 BUSQUE A VERDADE DOS FATOS – DENG XIAOPING

Deng foi participante ativo da revolução comunista, participou da guerra contra o partido nacionalista e era um dos aliados próximos de Mao, sendo indicado como governante de uma das províncias mais críticas da China logo após a vitória do partido comunista, o Tibet. Apesar da proximidade com Mao, o pensamento de Deng divergia do Maoísmo pois acreditava que o meio para alcançar o comunismo não era a revolução permanente e a reforma da identidade chinesa, mas sim por meio de reformas econômicas (DENG, 1984). Sua afinidade com a economia faz com que tivesse uma postura mais apreciativa do modelo ocidental, apesar de ser também influenciado pela obra Marxista e Leninista.

Além da divergência na questão da economia, Deng enxergava o pensamento tradicional chinês como instrumento essencial para a construção do Estado, portanto sua visão de modelo político divergia da sua aceitação da economia liberal. Para ele, qualquer forma de oposição de cunho liberal seria maléfica para o objetivo maior, de retornar a China à posição de potência mundial.

Apesar de sua posição forte a respeito da manutenção do Partido Comunista sem opositores no poder, Deng tinha um posicionamento pragmático em relação às mudanças de políticas econômicas. Em contraposto a Mao, que buscava controlar a política por completo, Deng agia politicamente no intuito de deixar com que os governantes locais elaborassem suas próprias soluções, elevando aquelas bem-sucedidas para o nível nacional. Um dos momentos marcantes desse seu posicionamento ocorre em 1977 na

província de Anhui, quando um secretário do partido, chocado pela pobreza extrema, conclui que o sistema de produção comunal ali presente deveria ser transformado em um sistema de responsabilidade das famílias (SCHELL; DELURY, 2013 p. 292). Deng apoia o projeto e vê a produtividade aumentar de forma desenfreada, expandindo a política gradualmente para o resto da China, marcando o início da transição de volta à propriedade privada.

O processo de Reforma e Abertura, iniciado por Deng em 1978, modifica a posição do governo perante a integração da China ao sistema internacional. Por meio da implementação de zonas comerciais especiais, o governo chinês sinaliza uma vontade de participar da economia mundial, reduzindo a atuação governamental e incentivando o investimento externo. O período marca a inserção da China na sociedade internacional e o início de sua ascensão econômica.

A influência do pensamento de Deng Xiaoping é essencial no posicionamento internacional chinês até a entrada de Xi Jinping e seu projeto de rejuvenescimento chinês, muitas vezes com influência do pensamento Maoísta (LAM, 2012). O princípio dos 24 caracteres (DENG, 1994) é evidência de seu pensamento moderado em questões ideológicas, e aponta uma preocupação pragmática com o status da China na sociedade internacional. Deng entendia que a China deveria seguir a onda de desenvolvimento pacífico que se dava no mundo, ao invés de posicionar-se contra o movimento conforme a visão de Mao.

O contexto histórico é essencial para compreender ambas as visões predominantes na política chinesa; a China é um país diretamente afetado pelo movimento colonialista britânico e em decorrência dele (ou pela formação de um discurso político complexo em torno dele) passa por uma das guerras civis mais sangrentas da história e grandes períodos de fome e necessidade. A grande divisória da política chinesa pós-revolução comunista é a questão de como o país deve se reerguer perante o ocidente. Mao simboliza a visão conflituosa, que rejeita os valores ocidentais burgueses, assim adotando valores socialistas ocidentais, enquanto Deng simboliza a visão cooperativa, que tenta utilizar-se dos valores ocidentais para o benefício chinês.

2.4 AS AMEAÇAS SEGUNDO A POLÍTICA CHINESA

Compreendendo ambas as visões distintas e considerando os fatores internos da política chinesa, pode-se melhor identificar alguns dos argumentos utilizados na atualidade pelo governo chinês. Em suma, para os fins da presente pesquisa, o histórico do pensamento político nos indica algumas reflexões quanto à questão de percepção de ameaças analisadas pela Escola de Copenhagen, divididos pelo pensamento de Mao Tse-tung e Deng Xiaoping. A base teórica apresentada no capítulo 1 indica uma análise das percepções de ameaças à estabilidade da política chinesa e das percepções de ameaças à estabilidade global.

O pensamento Maoísta indica de forma clara as percepções de ameaças, principalmente pelo seu teor oposicionista ao sistema capitalista ocidental. Para Mao, a principal ameaça à estabilidade política chinesa é a ideologia burguesa exportada do ocidente, visto que a ideologia liberal “contaminaria” membros do Partido Comunista e levariam a uma regressão ao sistema capitalista. A principal ameaça à estabilidade global é a visão imperialista do capitalismo, onde os grandes impérios ocidentais seriam predadores e impediriam o desenvolvimento do bloco comunista e seus simpatizantes. Ambas as visões foram extremamente difundidas na política chinesa e tiveram um alto nível de apoio popular, principalmente por serem um dos fatores de união de uma nação chinesa desmantelada por poderes ocidentais durante o final do século XIX até o final da Segunda Guerra. As recomendações Maoístas tendem a seguir a lógica do conflito direto e negação total à ideologia ocidental. Para Mao a China teria que se confrontar diretamente com o ocidente, por meio principalmente de desenvolvimento militar, para que pudesse manter o teor socialista de seu desenvolvimento, sem ceder às pressões imperialistas do ocidente.

O pensamento de Deng indica uma maior leniência na relação com o ocidente, e a tentativa de adaptação do socialismo chinês ao capitalismo ocidental de forma não conflituosa. Para Deng, a principal ameaça à estabilidade política chinesa é a estagnação, decorrente da visão isolacionista presente no pensamento Maoísta, visto que o mundo se apresentava num período de forte desenvolvimento econômico e a China se mantivera isolada por questões ideológicas, e para ele o isolamento inevitavelmente traria instabilidade ao Partido Comunista e a todo o sistema político instaurado pelo mesmo na

China. A principal ameaça à estabilidade global seria a pobreza dos Estados socialistas, que não acompanharam a onda de desenvolvimento capitalista ocidental. Na visão de Deng, essa disparidade entre os dois polos inevitavelmente teria continuação até que os Estados socialistas se movimentassem, de alguma forma, em direção à uma nova perspectiva desenvolvimentista, que se utilizaria dos mecanismos capitalistas para seguir o desenvolvimento socialista de suas sociedades. As recomendações de Deng são menos conflituosas, entendendo que a melhor forma para inserir a China nesse contexto seria a abertura da economia para uma aceleração do desenvolvimento interno chinês, sem o pensamento impositivo da corrente Maoísta.

3. O PENSAMENTO ACADÊMICO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS CHINÊS E SEUS DOIS MAIORES REPRESENTANTES

Propulsionada pela abertura, a China eleva-se ao atual *status* de poder em ascensão. O processo de Reforma e Abertura renova, portanto, a necessidade chinesa de se posicionar no sistema internacional, abrindo caminho para a formação de uma academia de Relações Internacionais chinesa (QIN, 2011). Até então, a academia se preocupava exclusivamente com assuntos que se alinhavam à visão estatal de guerra de classes, impulsionada pelo pensamento Maoísta. A abertura traz o desenvolvimento da academia de Relações Internacionais ocidental até a China, introduzindo os grandes clássicos da literatura. As correntes realistas, liberais e, posteriormente, construtivistas passam a participar de um debate relacionado aos desafios internacionais da “nova China” (FENG, 2012).

Toda a gênese e o desenvolvimento das Relações Internacionais como ciência se dá no ocidente, principalmente nos Estados Unidos com participações pontuais europeias, em momentos onde a China encontra-se em guerra ou sob o regime Maoísta que rompe todo o contato com o mundo ocidental. Evidentemente, a academia chinesa de Relações Internacionais é formada com a base nos grandes nomes da academia ocidental. Após a abertura em 1979, inicia-se o processo de aprendizagem com base na tradução dos clássicos de Relações Internacionais, em grande parte por alunos que saem da China para estudar no ocidente (QIN, 2007). Em 1990, publica-se uma tradução do que muitos consideram o berço da disciplina, *Politics Among Nations* de Hans Morgenthau, 42 anos após sua primeira publicação. Inicialmente, confundia-se a teoria realista como as Relações Internacionais de fato, similarmente à academia ocidental, havendo posteriormente uma tentativa de introduzir as teorias liberais e construtivistas, também por meio de tradução. Em meados dos anos 2000, todas as teorias *mainstream* de Relações Internacionais já haviam sido introduzidas. Após o período de aprendizagem e familiarização com a academia ocidental, atualmente podemos observar uma tentativa, por parte da academia chinesa, de produzir conhecimento que não se encaixa, necessariamente, nos moldes do pensamento ocidental.

O pensamento tradicional chinês detém um arcabouço extenso, o qual guiou todo o desenvolvimento de sua civilização e permanece relativamente desconhecido pelo

mundo ocidental. Enquanto todo o desenvolvimento do pensamento ocidental é bastante difundido pela academia global, a filosofia tradicional chinesa permanece confinada dentro de suas fronteiras.

A história da China moderna demonstra a importância e relevância de sua filosofia tradicional, em especial o Confucionismo, para a política chinesa. O movimento de revolução cultural iniciado por Mao em sua tentativa de modificar o curso do Estado é demonstrativo da influência tradicional na população, visto que Mao compreendia a tradição como o principal empecilho para o avanço do socialismo. Mesmo no auge de sua popularidade, o Maoísmo não foi capaz de apagar completamente as tradições e ela permanece na atualidade como uma das principais forças dentro da academia chinesa (QIN, 2011).

A distinção da tradição filosófica chinesa para com a tradição europeia, que influencia em grande medida a academia de Relações Internacionais, é tema presente nas pesquisas de grande parte dos acadêmicos chineses. Para eles a filosofia tradicional, cuja influência é essencial para a compreensão da trajetória das dinastias chinesas (YAN, 2011), é fator chave para pavimentação de uma ordem mundial com a China exercendo a posição de superpotência. Desde a criação do Estado moderno chinês e o contato com o ocidente, este esteve confinado à uma relação de inferioridade para com o sistema internacional.

O projeto Maoísta de isolamento para fortificação do Estado acaba sendo derrubado por um projeto de integração no sistema capitalista mundial. Apesar da integração, a grande maioria da produção chinesa, mesmo que não considere a rota ideal, considera a possibilidade de um eventual rompimento com o atual sistema, dadas as condições de capacidade para a China tanto material quanto ideacional, em oferecer uma alternativa viável a ser seguida pelo resto do mundo (QIN, 2011)

Considerando a possibilidade de uma China com capacidade para influir no sistema internacional, os especialistas chineses, em sua maioria, apontam que estudos da disciplina de Relações Internacionais e sua origem filosófica europeia, sem a devida preocupação com a formação histórica chinesa, não seriam suficientes para compreender as intenções e consequências de uma nova China potência.

Dentre os temas analisados com mais frequência na tentativa de explicar o novo contexto, alguns se destacam, dentre eles:

- A filosofia tradicional chinesa e os grandes pensadores políticos do período pré-dinastia Qin, observado de forma clara na análise da escola de Tsinghua, mas com influência em todo o arcabouço acadêmico aqui exposto.
- As origens socialistas do Estado moderno chinês, como uma forma de contextualizar as diferenças para com a ideologia ocidental.
- O papel da liderança do Estado e a percepção dos demais Estados sobre a mesma, visto que o poder político de negociação e influência sobre os demais Estados é tido como essencial para que qualquer política internacional seja bem sucedida, segundo a escola de Tsinghua
- A identidade do Estado chinês frente à sociedade internacional em reação à ideia de “perigo chinês” firmada em grande parte do ocidente, conforme observado na análise da escola Tradicional, que indica a diferença identitária e a noção de perigo chinês como formas de conter o desenvolvimento da China.
- A epistemologia do conflito e harmonia na filosofia tradicional chinesa, que difere da análise mais comum no ocidente de forma sucinta, conforme observado na escola Tradicional.

Com isso, a academia chinesa volta seus esforços para a solidificação de uma teoria de Relações Internacionais que integre os assuntos mais relevantes para a situação da China como um diferencial das teorias já fixadas na academia global. Algumas vertentes principais podem ser observadas na academia chinesa quando se trata da inserção do pensamento chinês nas Relações Internacionais. Apesar de uma simplificação do posicionamento complexo dos autores, observa-se uma separação de duas linhas principais no pensamento acadêmico chinês de Relações Internacionais como uma forma apta para a introdução ao tema, visto que a discordância entre as duas vertentes é análoga a um dos debates já familiar ao estudo de Relações Internacionais: o debate positivismo/pós-positivismo.

Pela dificuldade de acesso à textos traduzidos do chinês, a presente análise identifica duas figuras que encabeçam a produção acadêmica de Relações Internacionais chinesa no âmbito internacional, ambos presidentes de cursos de duas das mais importantes universidades chinesas e que publicam conteúdo relevante em inglês com relações diretas à alguns dos grandes nomes da academia internacional. Uma biografia acadêmica elaborada foge do escopo do presente trabalho, que se limita à exposição de

pontos importantes em suas produções para o analista de Relações Internacionais, que representam duas escolas distintas do pensamento acadêmico chinês.

3.1 A ESCOLA DE TSINGHUA – YAN XUETONG

Tsinghua é uma reconhecida universidade localizada em Pequim, onde parte significativa da pesquisa em Relações Internacionais é realizada na China. Sua relevância para a academia chinesa é inegável, sendo ela formadora de nomes importantíssimos da política incluindo Hu Jintao, Zhu Rongji e Xi Jinping. Atualmente, localiza-se na universidade a tentativa mais extensa de formação de uma teoria de Relações Internacionais autônoma pela pesquisa encabeçada por Yan Xuetong, reitor e presidente do instituto de Relações Internacionais de Tsinghua.

A escola de Tsinghua busca expandir as teorias ocidentais com o pensamento tradicional chinês ou com experiências peculiares chinesas no âmbito internacional. Entendem que a teoria já estabelecida de Relações Internacionais pode se tornar mais completa com a inclusão dos temas relevantes para a China. A maioria dos autores se denominam realistas (YAN, 2011), e boa parte de seus esforços encontram-se na tentativa de aperfeiçoar a teoria realista. Os autores tendem a ter uma visão positivista do estudo de RI, utilizando-se primariamente de métodos quantitativos para suas pesquisas e consideram a possibilidade da formulação de uma teoria universalista, que se aplique a qualquer forma de relação entre Estados, independentemente de envolverem a China.

O tema central da escola de Tsinghua é o estudo da filosofia tradicional antes do período da dinastia Qin, que domina a China do período entre 221 A.C. até 206 A.C. após a conquista de seis outros Estados em uma das maiores guerras da história chinesa. O marco da dinastia Qin se dá, pois, o período marca uma era de forte repressão contra a mais tradicional vertente da filosofia chinesa, o Confucionismo que era, até a época da dinastia Qin, a vertente mais difundida do pensamento, servindo de base ideológica para o governo na China desde sua origem por volta de 500 A.C.. A perseguição aos pensadores e a queima de livros Confucionistas fazem com que a vertente seja esquecida por um período de tempo, voltando a ter influência após a dissolução da dinastia Qin.

A vertente dominante no governo da dinastia Qin era o Legalismo, filosofia de Han Feizi (280-233 A.C.). Sua linha do pensamento enfatiza a metodologia política baseada em um sistema legal de punições para manter os governantes no poder, enquanto o Confucionismo tradicionalmente enfatiza o carisma dos governantes e uma forma humana de autoridade para a manutenção do poder governamental. A opção da escola de Tsinghua, portanto, é de estudar o pensamento político anterior à época de perseguição aos filósofos e não a vertente Legalista que se instaura na dinastia Qin.

3.1.1 O REALISMO MORAL

Yan Xuetong se denomina um “realista moral” ao sintetizar sua teoria. Em suas palavras (YAN, 2014 p. 162):

Different from liberalism which exports the ideology of democracy and free trade with military might, moral realism follows the doctrine of ‘no rejection to those who come to learn and never go out to lecture others’ (...). One thing is true, imposing one’s ideology or morality on others will inevitably lead to international conflicts, even military clashes. Nevertheless, civilization, not conflicts, will follow when morality is used for self-discipline.

Ou seja, segue os preceitos da teoria realista ao considerar o poder como o fator essencial para a sobrevivência de um Estado, porém discorda em pontos específicos de como esse poder deve ser utilizado para a manutenção do mesmo. Uma das características marcantes de sua análise em contraposto à teoria realista ocidental é a ênfase na moralidade da liderança dos Estados, ecoando o aspecto Confucionista de sua pesquisa. O poder militar e econômico, tradicionalmente analisados como os pilares do poder Estatal, seriam subordinados ao poder político exercido pelo líder de Estado, que se manifesta de diferentes formas, em um espectro que varia da autoridade tirana à humana. A autoridade tirana concentra-se na expansão por meio da força militar, enquanto uma autoridade humana buscaria um sistema baseado em princípios morais.

A humanidade é uma das virtudes principais da filosofia de Confúcio, elaborada na visão de seus discípulos na coleção dos “Analetos” que é datado por volta de 470 A.C. por historiadores. Normalmente apresentada como a “virtude na qual se baseiam todas as outras virtudes”, é definida como uma forma de altruísmo, na qual o comportamento diante de outros deve seguir o mesmo comportamento que se espera para si próprio. Segundo o Confucionismo, o método mais eficiente de autoridade seria sempre a humana, pois com ela se gera uma forma de vínculo entre o governante e o governado que jamais seria alcançada numa relação conflituosa. Para os pensadores Confucionistas, a harmonia entre o governante e governados é o ideal para ambos os lados e, além de ser um ideal para ser alcançado, é a ordem natural para a qual todo tipo de relação eventualmente se deslocará. Decorrendo dessa lógica, o governante que se utilize de métodos tiranos para se manter no poder eventualmente, após um período de conflito, será substituído por um que consiga manter relações harmoniosas com seus subordinados (YAN, 2011).

A denominação de “realismo moral” segue, portanto, essa lógica Confucionista aplicada ao sistema internacional. Para que um Estado mantenha seu posicionamento de destaque na política mundial, sua liderança deve considerar os preceitos de autoridade humana, visto que a tentativa de utilização do poder estatal de forma tirana acarretaria em conflito e, inevitavelmente, em seu declínio perante o seu próprio povo ou outro ator do sistema internacional.

Esse ponto de vista leva a uma reflexão em diversos níveis de análise das Relações Internacionais. A forma de internalização das normas internacionais é um dos pontos focais da análise da escola de Tsinghua. Parte da teoria Construtivista (WENDT, 1999) centrada na análise das normas internacionais entende que a interação social entre os Estados tende a avançar as normas para que o mútuo benefício seja atingido. Na análise que enfatiza a moralidade dos líderes de Estado, as normas que se internacionalizam seriam principalmente originadas do poder político das lideranças. No caso extremo onde exista um hegemon incontestável, a posição de sua liderança moldaria diretamente as normas com as quais sua influência é exercida no sistema internacional, apresentando um espectro de possibilidades que variam de acordo com a forma de liderança do mesmo.

Caso exista uma liderança tirana, a violência é a forma de exercer influência, fazendo com que o sistema internacional reaja de acordo com a potência militar do hegemon. Essa é a forma mais volátil de liderança ao considerar que o sistema tende à

harmonia, portanto o hegemom tirano perderá seu posto eventualmente por meio da reação negativa dos demais atores do sistema que se unirão para desbancá-lo.

A liderança humana é a mais capaz para a manutenção de sua hegemonia, visto que seria a difusora de normas benéficas para todo o sistema, independentemente de enxergá-lo como aliado ou inimigo. Ao se utilizar do poder de difundir normas para se auto restringir na interação com os demais Estados, ocorre um incentivo para que os demais Estados adotem as mesmas normas e sigam os mesmos passos, restringindo-se nas interações com o próprio hegemom. A autoridade justa e benevolente seguindo os princípios Confucionistas, sem distinção de aliados ou inimigos teria a maior facilidade e os menores gastos para difundir normas e atrair aliados, facilitando sua manutenção como hegemom.

O meio termo entre os dois tipos de liderança é baseada em princípios de duplos padrões, onde os demais Estados são submetidos a tratamentos distintos baseados na sua relação com o hegemom. Os Estados considerados aliados são menos suscetíveis a uma reação violenta do hegemom e tendem a não ter a mesma pressão para se adaptar às normas internacionais do que os Estados inimigos. Um exemplo concreto seria a atual posição dos Estados Unidos para com as violações em matéria de Direitos Humanos, enquanto a Arábia Saudita é palco das mais diversas formas de violações, a imposição das normas não é a mesma que, por exemplo, o Iraque, pois se trata de um aliado.

3.1.2 O PODER POLÍTICO COMO FATOR DETERMINANTE PARA O PODER ESTATAL

A análise do pensamento tradicional chinês leva Yan Xuetong a analisar o poder político em um prisma diferenciado da maioria da literatura ocidental. Elaborando a ideia de autoridade humana e utilizando-se da filosofia do Xunzi, livro escrito pelo filósofo Confucionista Xun Kuang por volta de 200 A.C., Yan entende o poder político como o fator essencial para a execução de qualquer tipo de poder estatal.

Enquanto a ênfase de parte de literatura ocidental concentra-se no poder econômico ou militar como o centro do poderio estatal, Yan utiliza-se da argumentação de que os poderios econômico e militar são dependentes do poderio político, pois, a

relação externa de qualquer Estado com qualquer outro semelhante deve, necessariamente, ser iniciada por um processo político.

Segundo o Xunzi, qualquer tentativa de ganho econômico ou militar sem a devida negociação por parte do setor político seria completamente fútil, visto que os Estados inimigos estariam dispostos a formar uma coalizão para derrubar o poderio militar ou saquear o poderio econômico. O posicionamento é interligado com a ideia de autoridade humana, visto que um líder com capacidade para exercer uma autoridade humana tende a conseguir aliados fora de seu Estado mais facilmente (YAN, 2011 p. 78).

Na análise de Yan, alguns casos recentes são relevantes para a análise. O exemplo da queda da União Soviética explicita a necessidade de uma unidade política forte. Por muito tempo a URSS se manteve diante da guerra fria mesmo sendo apenas a terceira maior economia mundial, porém, no momento em que sua liderança sofre uma transição política, os novos líderes não conseguem mais exercer seu poderio militar ou econômico por uma falta de poderio político.

Mais do que isso, um forte poderio político é essencial para o desenvolvimento econômico de um Estado. No caso chinês analisa que a transição do posicionamento Maoísta, baseado em guerra de classes, para o período de Reforma e Abertura de Deng Xiaoping em 1978 foi essencial no fortalecimento econômico chinês e considera que a transição não seria possível sem a base de um poder político forte (YAN, 2011 p. 80).

Yan identifica na filosofia pré-Qin uma recomendação para a ascensão chinesa, a necessidade de aumento da influência moral na esfera internacional. O aumento material chinês é grande nas últimas décadas, e ecoando o pensamento Confucionista de benevolência e autoridade humana, o papel de grande potência deve ser exercido com base numa moralidade, não apenas internamente, mas reconhecida pelo sistema internacional. Visto que existe toda uma conceituação de ameaça acerca da ascensão chinesa, a China precisaria de uma aceitação da sociedade internacional como uma grande potência mais responsável do que os Estados Unidos (YAN, 2011 p. 65)

Seu posicionamento leva a um questionamento importante dentro da academia chinesa. Alguns entendem a questão como uma recomendação para que a política externa chinesa seja direcionada à uma ascensão e posteriormente à posição líder do sistema internacional (YAN, 2011 p. 153). O conflito com a direção política que norteou a política

chinesa desde Deng Xiaoping por essa noção de liderança capaz é evidente, visto que para Deng, a China deveria manter-se fora do foco global.

3.2 A ESCOLA TRADICIONAL – QIN YAQING

A escola tradicional entende que a tentativa de aprimorar a teoria realista, proposta pela escola de Tsinghua, não é a forma mais adequada de expor o pensamento tradicional chinês, pois, a base objetivista da análise não acomoda as suas necessidades básicas. Para os integrantes dessa escola, o desenvolvimento de uma teoria chinesa necessita de outro ponto de partida, firmado na epistemologia do pensamento tradicional. Qin Yaqing, presidente da *China Foreign Affairs University* em Pequim, uma das mais influentes universidades chinesas para o treinamento de diplomatas, é o maior expoente dessa linha de pensamento.

Para os autores da escola tradicional, a base do argumento da filosofia chinesa é incompatível com a forma na qual o pensamento ocidental se desenvolveu. A teoria de Relações Internacionais ocidental assume alguns conceitos que não estiveram presentes no desenvolvimento do pensamento chinês incluindo: a dicotomia do “outro” no âmbito internacional, a diferença da forma com que são dadas relações interestatais no ocidente, a tentativa de universalismo e objetivismo de suas postulações e a falta de ênfase apresentada pela teoria positivista à identidade dos Estados.

3.2.1 O TIANXIA E O INTERNACIONAL

Historicamente, a China não conviveu com a noção de “internacional”. Enquanto no ocidente a origem da divisão entre estados nações surge com o tratado de Westfália (RUGGIE, 1998) a China nunca passou por tal processo, mantendo-se uma dinastia até o encontro com a Inglaterra no século XVI. O conceito da filosofia tradicional que mais se aproxima à experiência internacional do ocidente é o Tianxia, porém existem diferenças

estruturais em ambos os conceitos que tornam a comparação entre os dois extremamente frágil.

Tianxia se traduz literalmente para “sob o céu” e é a conceituação de que todo o mundo, observável ou não, faz parte do mesmo coletivo, centralizado no palácio imperial (QIN, 2007). O conceito não aponta uma estrutura de divisão; não considera a existência do “outro” firmado pelas fronteiras nacionais. O que o conceito apresenta é uma gradação da cultura chinesa, com um centro definido no imperador e uma periferia que gradativamente se distancia. O Tianxia, portanto, não diferencia entre o território ou o indivíduo “chinês” ou “não-chinês”, mas sim gradual influência da cultura chinesa em determinado ponto, dependendo de sua distância até o imperador.

O conceito tem implicações fortes para o estudo de Relações Internacionais, como por exemplo, a questão da soberania e da expansão territorial. Seguindo o conceito de Tianxia, não existe a necessidade inata de expansão territorial, conforme observado na história do ocidente. Enquanto a divisão Westfaliana era a tentativa de definir territórios para frear o expansionismo, na filosofia chinesa o expansionismo nunca foi sequer problematizado. O território distante do imperador era, por definição, hierarquicamente menos relevante do que aquele próximo, independentemente de uma expansão de seu território ou influência. Os conflitos dentro da China nunca foram de essência expansionista, mas sim por tentativas de tomada do poder dentro de seu próprio território, ou tentativa de deslocar o centro do poder para outro imperador.

Decorrente do conceito de Tianxia, o mais próximo de algo internacional observado na história chinesa é o sistema tributário, onde há uma interação hierárquica entre o imperador e seus subordinados, a qual não é excludente. Não existe fronteira que delimite sua influência, portanto qualquer um que desejasse participar do sistema seria nele acomodado, ao longo que manifestasse sua subordinação ao imperador por meio de tributos e do aceite de seu mandato divino. Por mais de 2000 anos o sistema, mesmo sendo desigual, foi preservado sem grandes modificações pois o Estado chinês, mais avançado e poderoso na região, teve forte atuação em sua manutenção promovendo a paz e o comércio entre os Estados vizinhos, além do fornecimento de materiais básicos e a governança do sistema (QIN, 2007).

Na visão do Tianxia o imperador tem o mandato de líder, independente da aceitação de seus subordinados ou não, portanto o conceito de soberania tem implicações bastante distintas para a filosofia tradicional chinesa. O Estado chinês é tradicionalmente mais defensivo do que ofensivo e nunca demonstrou qualquer forma de intenção colonialista, mesmo tendo plena capacidade para tal (KISSINGER, 2011). O imperador, após apontado como o líder de tudo “sob o céu” preocupa-se em manter sua influência internamente, pois independente do apoio da periferia de seu Estado seu mandato será mantido, o que torna a atratividade de uma expansão por meio da força pouco atraente. Outro ponto desestimulando a expansão territorial é a noção de hierarquia, as terras distantes do centro não são relevantes, pois são “menos chinesas”, tornando-as menos atrativas.

3.2.2 A DICOTOMIA E O OBJETIVISMO OCIDENTAL

O segundo conceito analisado é a prevalência da dicotomia e do objetivismo pelo pensamento ocidental que, para a escola tradicional, são conceitos incompatíveis com a filosofia tradicional chinesa, portanto não se aplicam às experiências históricas da formação do Estado chinês. A filosofia chinesa se desenvolve de forma distinta da filosofia ocidental e para os grandes pensadores chineses, o conhecimento do aspecto natural do mundo era menos relevante do que o conhecimento das interações humanas ou da política, visto que entendiam o natural como imutável e o político como o passível de mudança positiva. Decorrendo dessa visão, o aspecto político foi sempre o foco central da filosofia chinesa, enquanto o ocidente tendia a uma análise do natural, como o desenvolvimento da física, da biologia e da medicina (WANG, 2009).

Esse enfoque, portanto, diferencia a filosofia chinesa no aspecto epistemológico. A filosofia ocidental se desenvolve no sentido da dicotomia e da objetividade para definir o conhecimento, reflexo do enfoque na análise naturalista de sua trajetória. A filosofia tradicional chinesa, porém, se desenvolve com um enfoque numa epistemologia monista e subjetiva. Para a escola tradicional, qualquer filosofia que envolva aspectos políticos ou de relações humanas deve, necessariamente, tender para a subjetividade para que se aproxime da realidade, conforme observado pelos grandes pensadores chineses desde o

princípio do registro de suas ideias. Para eles a tentativa de objetivizar ou criar relações dicotômicas para uma série complexa de interações humanas é uma simplificação exacerbada da realidade.

Na filosofia tradicional chinesa, qualquer fator observável é partícipe de um processo conflituoso para que se transforme em algo novo e o resultado nunca é a sobreposição de um fator sobre o outro, mas de algo que reflita o próprio processo de conflito (QIN, 2007). A diferença da abordagem chinesa para com a ocidental é que nunca se analisa o conflito como meio para se alcançar determinado objetivo, mas sim como um efeito da “não-harmonização” de uma relação instável. Ainda mais do que isso; o conflito é condição *sine qua non* para a própria existência dos fatores.

O pensamento inspira reflexões para o estudo das Relações Internacionais e para a escola tradicional chinesa implica uma revisão da conceituação das normas internacionais colocada pela academia ocidental. Para parte do pensamento ocidental, as normas internacionais são forma indireta de externalizar a influência dos Estados. Segundo o subjetivismo chinês, as normas não são formadas para governar ou restringir o comportamento dos atores mas servem como tentativa de harmonização das relações entre os mesmos (QIN, 2007). A ação dos Estados modernos de impor normas internacionais por meio de embargos comerciais, financeiros ou até a guerra vai contra as noções básicas Confucionistas que buscam relações harmônicas. Para elas, a expansão da influência normativa de determinado Estado por meio de imposição é ineficiente, visto que o processo de adoção das normas sempre será resultado de um processo conflituoso, nunca de uma simples imposição de determinado fator sobre outro. Visto que o conflito sempre ocorre, a interação deve ser maleável para que o resultado reflita um processo benéfico para ambos os lados, ou seja, um processo brusco de imposição de normas nunca será inteiramente bem-sucedido; a interação natural, a qual eventualmente leva à harmonia entre ambas as partes, é sempre um processo de mútua transformação. O processo de imposição gera insatisfação que eventualmente leva à novo conflito.

Enquanto o pensamento ocidental é focado em relações dicotômicas, como por exemplo, capitalismo-socialismo, mercado-planejamento, modernidade-antiguidade, global-regional e tende a utilizar uma epistemologia objetivista (qual dos dois lados irreconciliáveis é o mais eficiente?), o pensamento exposto pela escola tradicional analisa o problema com um ponto de vista distinto. Parte da literatura ocidental sobre a China

dedica-se em apontar as “contradições” de um sistema baseado em premissas comunistas com um sistema de mercado, ou com o sistema político de partido único que tem como objetivo eventualmente manter um certo nível de participação democrática (WANG, 2009). Referida visão faz sentido na epistemologia dicotômica do ocidente, porém ao ser analisada pela tradição filosófica chinesa, a análise é mal fundamentada. Isso porque o sistema chinês faz parte de um processo de harmonização dos diferentes fatores analisados. Ao se seguir a tradição Confucionista é mais adequado buscar a compreensão de quais fatores se correlacionam para construir a atual conjuntura chinesa, bem como qual combinação desses fatores é a forma ideal, mais harmônica, de controlar essas relações.

O processo de transformação assume, portanto, que a identidade dos atores é completamente maleável para se adaptar ao processo de correlação (QIN, 2007). Tema díspar entre a escola tradicional chinesa e o pensamento positivista ocidental é a tendência de análise da Sociedade Internacional como entidade imutável. A visão do pensamento tradicional chinês trata a sociedade internacional como diversos processos de relação em curso, portanto, inevitavelmente mutáveis. Assim, a noção de sociedade internacional como entidade imutável deixa implícito a ideia de que suas regras são aceitas ou impostas. Ao assumir que a China tem uma identidade além daquela da Sociedade Internacional analisada pela teoria positivista, ela jamais poderia fazer parte da mesma sem que se adapte, ignorando o aspecto correlacional de relação conforme exposto pela filosofia tradicional chinesa.

Para a escola tradicional chinesa, o sucesso da expansão pacífica da China é decorrente do entendimento da tendência mundial e da necessidade de harmonia nas relações internacionais (QIN, 2010). Entendendo que as identidades são maleáveis, abre-se o espaço para transformações mais ativas e positivas no âmbito internacional, sem a necessidade de conflito violento. A ausência de um caso similar à Guerra Fria entre os Estados Unidos e a China atualmente é ligado ao sucesso chinês de modificar sua identidade, sem a preocupação de impor suas próprias ideias para o âmbito internacional.

O êxito da expansão chinesa, para a escola tradicional, se dá devido a um método simples, baseado nos preceitos da filosofia política tradicional chinesa. Inicialmente, a compreensão da vantagem de um processo não-violento no conflito de dois polos de força em processo de mudança. Depois, o julgamento cuidadoso da direção dessa mudança e,

finalmente, a tomada de um posicionamento favorável a essa mudança. Teoricamente e essencialmente, portanto, o processo de conflito deve ser sempre complementar, pacífico e gradativo, nunca confrontacional, violento ou radical. (QIN, 2007)

3.3 AS AMEAÇAS SEGUNDO A ACADEMIA CHINESA

A argumentação da academia chinesa de Relações Internacionais indica mais fatores para a análise da securitização acerca da ascensão chinesa. A divisão do pensamento de Yan Xuetong e Qin Yaqing auxilia na compreensão da formação das percepções de ameaça, visto que o posicionamento de cada um pode ser relacionado às forças políticas expostas no capítulo 2. Se utilizando da base teórica apresentada no capítulo 1, a percepção da ameaça é dividida entre as ameaças à política chinesa e as ameaças à estabilidade global.

Na visão de Yan Xuetong, a principal ameaça à política chinesa é a falta de moralidade das lideranças envolvidas diretamente na questão, nesse caso as lideranças chinesas. O poder político mal exercido pelo governo chinês pode causar instabilidade, seja por força interna ou externa, para “apoiar” a ascensão material da China. A ameaça a estabilidade global se diz principalmente à redução do poderio político das superpotências, exacerbado pela utilização de regimes de padrões duplos e baseados na violência, que causam descontentamento por parte dos Estados reprimidos, eventualmente levando à desestabilização do sistema global. Suas recomendações se baseiam principalmente na questão política, da liderança e da política externa fortes, para “acomodar” a expansão material chinesa.

Para Qin Yaqing, a ameaça à estabilidade política chinesa se manifesta principalmente na tentativa de imposição do pensamento ocidental, seja por meio de normas, valores ou questões identitárias que sejam incompatíveis com a experiência chinesa, que podem causar danos ao seu aparato político. As ameaças globais são as imposições unilaterais de regimes e conceitos, sem o devido processo de harmonização elaborado no pensamento Confucionista, além da falta de foco global no processo desenvolvimentista do terceiro mundo, que muitas vezes é considerado “oposto” aos regimes e valores ocidentais de crescimento econômico. Sua principal recomendação é o desenvolvimento dos interesses por um processo de transformação não-impositivo, ou

seja, uma forma de expansão de normas e regimes onde todos os Estados participantes tenham influência direta em sua formação, até que eventualmente se alcance uma forma de harmonia onde nenhum dos lados se sintam impostos em participar.

4. O DISCURSO POLÍTICO DE XI JINPING E A SECURITIZAÇÃO

Atualmente, a política chinesa encontra-se num estado de transição. Desde a época de Deng Xiaoping, o regime chinês se mantém no posicionamento baseado em sua política externa de 24 caracteres (DENG, 1994). O auge do desenvolvimento de seu pensamento é encontrado na política oficial do “*Peaceful Development*” (XINHUA, 2011) A política é uma reafirmação do pensamento de Deng que indica o posicionamento de isolamento do sistema internacional a favor do desenvolvimento interno. A China durante o período se desenvolve moldando-se às normas e os regimes internacionais aos poucos, evidente na sua aceitação na OMC em 2001 e seu posicionamento (ou ausência dele) em quaisquer confrontos políticos ou militares de peso com o mundo ocidental.

Conforme exposto no capítulo 1, o discurso chinês tem uma significativa alteração com a posse de Xi Jinping. Seu posicionamento foge da ideia de “*keep a low profile*” e se volta ao pensamento de “*strive for achievement*” (YAN, 2014) e fica evidente em suas declarações acerca da política externa chinesa (XINHUA, 2014). Seu argumento geral é de que a China necessita buscar “possibilitar” (*enable*) um ambiente internacional favorável para o desenvolvimento pacífico.

O argumento de Xi Jinping, portanto, coloca sua visão de política externa em choque direto com o pensamento dominante antes de sua posse, colocando à frente um pensamento que sintetiza as ideias aqui apresentadas e oferece uma solução alternativa à que foi utilizada pelo governo chinês nos últimos mais de trinta anos. Parte essencial dessa alteração de discurso encontra-se na problematização da segurança no Mar do Sul da China, exposta no capítulo 1. Conforme a teorização da Escola de Copenhague, é difícil indicar um ponto inicial do processo de securitização analisado visto que a conceituação é auto referenciável, porém é claro o fato de que existe relação entre o processo de mudança da política externa americana (MANYIN et al 2012) e a mudança de tom do discurso chinês.

O presente estudo identifica algumas das principais vertentes no pensamento político chinês que influenciam o discurso da securitização, caracterizando as ameaças e guiando as tomadas de decisão a respeito da posição chinesa no cenário internacional. Foi

identificado que as vertentes analisadas têm relações com a proposta de motivadores por detrás da conceituação de segurança no ponto de vista chinês.

Conforme exposto no capítulo 1 acerca da teorização de como se constitui a ameaça política e a análise mais aprofundada das vertentes do pensamento chinês expostos nos capítulos 2 e 3, a análise pode ser dividida da seguinte forma:

Análise das vertentes do pensamento chinês

Vertente do pensamento	Percepção de ameaças à estabilidade política chinesa	Percepção de ameaças à estabilidade global	Recomendações
Pensamento de Mao Tse-tung	Ideologia burguesa exportada do ocidente	Imperialismo capitalista	Confrontação direta, desenvolvimento militar para imposição dos interesses
Pensamento de Deng Xiaoping	Isolamento chinês do desenvolvimento ocidental e estagnação	Pobreza dos Estados socialistas	Abertura da economia, desenvolvimento interno sem imposição dos interesses
Escola de Tsinghua (Yan Xuetong)	Falta de moralidade da liderança chinesa	Redução do poderio político das superpotências, regimes de padrões duplos e baseados na violência	Liderança e política externa fortes para a extensão dos interesses
Escola Tradicional (Qin Yaqing)	Imposição do pensamento ocidental	Imposição unilateral de regimes e conceitos, falta de foco no processo desenvolvimentista	Desenvolvimento dos interesses por um processo de transformação não-impositivo

Tabela 2 – Análise das vertentes do pensamento chinês. Autoria própria.

Nota-se, portanto, que a definição da conceituação de ameaça é parte importante da análise política chinesa e sua influência no discurso atual de Xi Jinping é bastante clara. Considerando que parte do resto do mundo enxerga a China como ameaça, é

benéfico para a política chinesa que construa um cenário favorável para si mesma. Nas próprias palavras de Xi: *“We should increase China's soft power, give a good Chinese narrative, and better communicate China's message to the world”* (XINHUA, 2014) se percebe a importância da narrativa acerca da ascensão chinesa. O processo político da securitização faz parte dessa narrativa e o governo chinês se mostra ciente desse fator. Atualmente, notamos uma síntese de todos os pensamentos aqui apresentados na política externa chinesa, e com um maior entendimento do cenário político, podemos analisar o processo de securitização em sua dimensão política, tanto chinês quanto ocidental, de forma mais objetiva.

A política chinesa é extremamente complexa e pode ser vista como contraditória sem um conhecimento mais profundo de seu desenvolvimento. Com a informação analisada se observa que a transição do governo atual, de um pensamento onde se aceitam as ameaças políticas vindas do ocidente em prol do desenvolvimento econômico ligado ao ocidente para uma posição mais defensora do interesse nacional, não é contraditória, mas sim uma reflexão de todo um processo histórico de necessidade de revigoramento nacional perante as potências estrangeiras e de todas as vertentes distintas de como deveria ser dado esse processo.

4.1 O DOCUMENTO NÚMERO 9

Em julho de 2012 é publicado um documento sigiloso, para uso interno do Partido Comunista Chinês, que elabora o posicionamento ideológico do partido, sobre a nova liderança de Xi Jinping. O documento intitulado “Comunicado sobre o estado atual da esfera ideológica”¹ foi vazado em julho de 2013 pela jornalista Gao Yun, sentenciada a 7 anos de prisão², e ficou mais conhecido como Documento Número 9. O documento trata de diversos pontos ideológicos e elabora o posicionamento do partido quanto a questões consideradas ameaçadoras à política chinesa. O documento inicialmente lista sete

¹ Tradução própria. Disponível em <http://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation#start>. Acesso em 28 abr. de 2016.

² <http://www.cbsnews.com/news/china-journalist-gao-yu-prison-sentence-leaking-state-secrets/>

problemas notáveis relacionadas à esfera ideológica do partido, em seguida posa quatro formas de combater as ameaças ideológicas.

O primeiro ponto exposto como ameaça é a questão da promoção da democracia nos moldes ocidentais como uma forma de deslegitimar a atual liderança e o sistema governamental do socialismo com características chinesas. Dentre as caracterizações da democracia constitucional ocidental enumera-se a separação dos poderes, sistema multipartidário, eleições gerais, judiciário independente e o exército nacionalizado. Considera o modelo como uma concepção da classe capitalista para distorcer o rejuvenescimento da nação chinesa com o intuito de desestabilizar a ordem política e trazer aliados políticos com noções ocidentais para a China.

O segundo ponto trata dos valores universais utilizados como base para enfraquecer as fundações teóricas da liderança do Partido Comunista. A noção de que as normas ocidentais seriam predominantes para toda a civilização humana seria uma forma de esconder as diferenças essenciais para com o sistema de valores utilizado pelo governo chinês, no intuito de substituir os valores socialistas com valores ocidentais.

O terceiro ponto trata da sociedade civil como uma forma de dismantelar a fundação civil do Partido. A noção de que, na esfera social, os valores individuais devem ser imunes à intervenção do Estado, por meio da concepção de que a sociedade civil chinesa deve se modificar nos moldes ocidentais, como condição essencial para a realização de um Estado democrático. É considerado que o argumento é uma forma de ferramenta política utilizada por forças ocidentais anti-China.

O quarto ponto é a promoção do neoliberalismo numa tentativa de mudar o sistema econômico chinês. Considera que a forma de “mercadificação” e privatização do neoliberalismo é uma das formas de deslegitimar o governo, visto que as consequências do neoliberalismo, mascarado como globalização, foram catastróficas para a América Latina, ex-União Soviética e o Leste Europeu.

O quinto ponto diz questão à ideia ocidental de jornalismo e o confronto com o princípio chinês de que a mídia deve ser sujeita à disciplina do Partido. A definição ocidental de mídia como instrumento público da sociedade ataca a noção Marxista de mídia controlada. O conceito ameaça à integridade do Partido, pois, a tentativa de tornar a mídia livre seria utilizada para infiltrar sua ideologia.

O sexto ponto é o “nihilismo histórico”, ou a tentativa de distorcer a história do Partido Comunista e de seu governo. Entre as ameaças, a tentativa de rejeitar a revolução do proletariado, a noção de que a revolução causou apenas destruição, a negação da inevitabilidade histórica do socialismo, além de negar o valor do pensamento Maoísta. Uma das críticas é a tentativa de oposição entre o pensamento da Reforma e Abertura de Deng Xiaoping aos momentos anteriores de liderança de Mao Tse-tung. Com isso, deslegitima-se a história e o domínio político do Partido Comunista.

O último ponto é o questionamento do processo de Reforma e Abertura e da natureza socialista do mesmo. A utilização de padrões ocidentais para medir o processo de reforma é a principal ameaça à legitimidade do Partido, visto que existem críticas ao teor da mesma, chamando-a de uma forma velada de capitalismo estatal ou questionando a sua eficácia.

O teor das recomendações de contenção das ameaças é principalmente o reforço do papel da liderança na esfera ideológica e o combate às ideologias contrárias ao consenso do Partido. Entre as recomendações encontram-se a manutenção da unidade e da disciplina partidária, proibindo a disseminação de conteúdo que se oponha à linha política ou teórica adotada pelo Partido por meio da aderência total ao controle midiático.

O documento demonstra um processo de securitização de autoria do governo chinês, onde valores ocidentais são apresentados como potenciais ameaças à estabilidade política. O posicionamento do documento contém reflexos das vertentes ideológicas analisadas nos capítulos 2 e 3, o pensamento Maoísta sendo o mais relevante para sua síntese. O governo de Xi Jinping vem tendendo para a ideologia de Mao de forma sucinta, conforme observado em seu posicionamento na questão do Mar do Sul da China, e o teor do documento vazado é revelador quanto ao arcabouço de suas influências políticas. Contextos Maoístas são utilizados para embasar toda a construção de ameaças, iniciando-se na percepção de que a ideologia ocidental é a principal ameaça à estabilidade política. Toda a recomendação do texto refere-se à supressão dessa ideologia ocidental por meio de um reforço da ideologia chinesa, contexto também essencialmente Maoísta.

Existem, porém, reflexos do pensamento de Deng Xiaoping, principalmente em sua concordância com o processo de Reforma e Abertura, tido como correto e louvável pelo texto do documento. O pensamento Maoísta radical é oposto a qualquer tipo de

abertura, porém apesar da forte influência, nota-se uma síntese de ambas ideologias, ao apoiar o processo de abertura e reforma, mas fortalecer a noção de que a ideologia ocidental é negativa para a estabilidade chinesa.

É observado também um paralelo com o pensamento acadêmico chinês, exposto no capítulo 3. A percepção da ameaça à estabilidade política de Qin Yaqing é bastante próxima da apresentada pelo documento, visto que ambos consideram a imposição do pensamento ocidental como uma das formas de desestabilização. As recomendações são bastante distantes da visão de Qin, porém se relacionam de forma direta com as recomendações de Yan Xuetong, na tentativa de fortalecer ainda mais a liderança, nesse caso num contexto ideológico, para que se defenda das ameaças ocidentais.

O documento, no geral, indica uma reconfiguração da política chinesa, não mais puramente material em sua expansão, como na época de Deng Xiaoping, mas com um aspecto ideológico forte em seu teor oposicionista aos valores ocidentais. A construção de ameaças, conforme analisada no capítulo 1, é uma das formas de legitimar ações governamentais que mobilizem ações para lidar com ameaças à sua existência. No discurso de Xi Jinping exaltando a necessidade de “possibilitação” de um ambiente favorável para a ascensão chinesa, pode-se inferir pelo teor do Documento 9, que um dos fatores que propulsionam a atual expansão marítima chinesa é o sentimento de necessidade de expansão da ideologia chinesa frente à ideologia ocidental, vista como ameaça à estabilidade política.

CONCLUSÃO

O estudo acerca da securitização é uma opção analítica interessante para melhor compreender a questão da ascensão chinesa e do conflito do Mar do Sul da China. A opção revela alguns elementos que exibem um lado relativamente pouco explorado sobre a questão. Enquanto o discurso político e a fundamentação por trás da elaboração de um conceito de ameaça ao redor da ascensão chinesa no ocidente são bastante aparentes para o analista, o mesmo discurso e suas fundamentações no ponto de vista chinês tendem a ser menos visíveis, pelo baixo contato com a literatura e com as ideias que fomentam a política chinesa.

A conceptualização da ascensão chinesa como ameaça, aqui analisada com base na dinâmica política segundo a Escola de Copenhagen, é bastante comum na política ocidental. Nota-se uma certa contraposição a esse posicionamento ao se analisar algumas das bases do pensamento político chinês; em muitas ocasiões, ele se coloca diretamente em oposição ao ocidente, e nas demais correntes analisadas tenta se colocar “fora da visão” do ocidente, para que não fomente esse tipo de sentimento.

O estudo presente não é, de forma alguma, exaustivo na análise das vertentes do pensamento chinês. A barreira de linguagem foi, em todo o processo de pesquisa, o maior empecilho para um aprofundamento maior das ideias aqui presentes. Os autores de Relações Internacionais compõem um grupo pequeno de chineses publicando em seu país natal, em universidades chinesas e com estudos diretamente ligados à análise da política chinesa, que publicam em inglês. A grande maioria de seus estudos, além de praticamente todo o seu referencial teórico, encontra-se exclusivamente na língua chinesa. O mesmo é verdade quanto à análise das vertentes políticas chinesas, boa parte dela encontra-se apenas no idioma nativo e mesmo nos textos traduzidos ou escritos em inglês ao redor da questão fazem referências em sua grande maioria à textos chineses.

A pesquisa serve, portanto, como uma porta de entrada para uma análise mais profunda do pensamento político e acadêmico acerca da ascensão chinesa. A grande lição que a atual pesquisa proporciona é a grande ênfase dada pela política e a análise de Relações Internacionais chinesa para questões políticas e ideológicas, além da seriedade com que se enxergam as ameaças à esfera política, conforme analisada pela Escola de

Copenhagen. Parte do discurso político refere-se diretamente às ameaças à sua legitimidade governamental e ambas as escolas de Relações Internacionais analisadas também consideram o assunto de suma importância.

A análise da esfera política é bastante benéfica para a elaboração dos estudos acerca da ascensão chinesa. Para a análise do atual conflito no Mar do Sul da China, obviamente as esferas material, econômica e militar são partes essenciais para o entendimento das relações internacionais que ocorrem num período de crise, porém a esfera política pode ser detentora de uma importância aquém das análises puramente materiais, conforme nota-se pelo desenvolvimento acadêmico chinês aqui exposto. Uma análise Realista poderia chegar a conclusões próximas das aqui apresentadas, porém a análise da esfera política contribui com alguns fatores não explorados pelo Realismo, como a contribuição ideológica e política dos indivíduos para o processo de formação de uma identidade chinesa distinta da ocidental.

O novo discurso de Xi Jinping e a alteração de sua política externa para uma mais impositiva, impulsionado pelos fatores políticos e as ameaças apresentadas no Documento 9, indica uma forte tendência à reconfiguração do poder dentro das relações internacionais. É impossível prever atualmente se isso é um fator positivo ou negativo para a manutenção da estabilidade internacional observada desde o final da guerra fria, ou se esse novo posicionamento chinês é sequer sustentável frente ao imenso poderio militar Norte-americano, mas algo é garantido: essa nova situação posa questões difíceis aos atores e analistas da política internacional. Resta-nos continuar procurando as respostas.

REFERÊNCIAS

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Lyanne Rienner Publishers, 1998.

CHAN, I.; LI, M. New Chinese Leadership, New Policy in the South China Sea Dispute? **Journal of Chinese Political Science**. v. 20, n.1, 2015. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 04 abr. 2016.

DENG, X. **Selected Works of Deng Xiaoping Volume I (1938-1965)**. Pequim: Foreign Language Press, 1984.

DENG, X. **Selected Works of Deng Xiaoping Volume III (1982-1992)**. Pequim: Foreign Language Press, 1994.

DONG, C. Who Threatens Whom? The ‘Chinese Threat’ and the Bush Doctrine. **Journal of East Asia & International Law**. v. 7, n. 1, 2014. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 04 abr. 2016.

FENG, Z. The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. **Chinese Journal of International Politics**, v. 5, n. 1, mar. 2012. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 29 set. 2014.

FENG, Z. Are China and the US Headed for Confrontation in the South China Sea? **Global Asia**, v. 10, n. 4, inverno, 2015

GREENBERG, K. Hong Kong’s Future: Can the People’s Republic of China Invalidate the Treaty of Nanking as an Unequal Treaty? **Fordham International Law Journal**, v. 7 n. 3, 1983. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 04 abr. 2016.

IKENBERRY, J. The Rise of China and the Future of the West: Can the Liberal System Survive? **Foreign affairs**, v. 87, n. 1, 2008. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2008-01-01/rise-china-and-future-west>. Acesso em 04 abr. 2016.

JIN, J. ZHANG, M. The South Society and the May Fourth Movement. **Chinese Studies in History**, v. 48, n. 1, 2014. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 04 abr. 2016.

KISSINGER, H. **On China**. New York: Penguin Books, 2012.

LAM, W. The Maoist Revival and the Conservative Turn in Chinese Politics. **China Perspectives**, v. 2, 2012. Disponível em <https://chinaperspectives.revues.org/5851>. Acesso em 04 abr. 2016.

MANYIN, M.; DAGGETT, S.; DOLVEN, B.; LAWRENCE, S.; MARTIN, M.; O'ROURKE, R.; VAUGHN, B. **Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Towards Asia**. Congressional Research Service, mar. 2012.

MAO, T. **Selected Works of Mao Zedong Volume II**. Beijing Foreign Press, 1965.

MAO, T. **Quotations from Chairman Mao Tse-tung**. Beijing Foreign Press, 1966.

MAO, T. **Selected Works of Mao Zedong Volume IV**. Beijing Foreign Press, 1969.

MEARSHEIMER, J. Can China Rise Peacefully? In: **The Tragedy of Great Power Politics (Updated Edition)**. W. W. Norton & Company, 2014.

QIN, Y. Development of International Relations theory in China: progress through debates. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 11, n. 2, mai. 2011. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 29 set. 2014.

QIN, Y. International Society as a Process: Institutions, Identities, and China's Peaceful Rise. **Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 2, jun. 2010. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 29 set. 2014.

QIN, Y. Why is There no Chinese International Relations Theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, n. 3, jun. 2007. Disponível em irap.oxfordjournals.org. Acesso em 29 set. 2014.

RUGGIE, J. **Constructing the World Polity**. New York: Routledge, 1998.

SCHELL, O; DELURY, J. **Wealth and Power: China's Long March to the Twenty-first Century**. New York: Random House, 2013.

SUN, Y. **The Three Principles of the People**. Taipei: China Publishing Company, 1982.

WANG, Y. China: Between Copying and Constructing. In: TICKNER, A. WÆVER, O. **International Relations Scholarship Around the World**. New York: Routledge, 2009.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge University Press, 1999.

XINHUA. Full Text: China's Peaceful Development. **Xinhua News**. 6 set. 2011. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/06/c_131102329.htm. Acesso em 04 abr. 2016.

XINHUA. Xi eyes more enabling int'l environment for China's peaceful development. **Xinhua News**. 30 nov 2014. Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-11/30/c_133822694_2.htm. Acesso em 04 abr. 2016.

YAN, X. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton University Press, 2011.

YAN, X. International Leadership and Norm Evolution. **Chinese Journal of International Politics**, v. 4, n. 3, set. 2011. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 29 set. 2014.

YAN, X.; QI, H. Football Game Rather Than Boxing Match: China–US Intensifying Rivalry Does not Amount to Cold War. **Chinese Journal of International Politics**, v. 5, n. 2, verão 2012. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 29 set. 2014.

YAN, X. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **Chinese Journal of International Politics**. v.7 n.2, junho 2014. Disponível em www.ebscohost.com. Acesso em 4 abr 2016.

ZHANG, X. Is the Opium War a Defining Moment in Chinese History? A View from Trade Routers, Interregional Trade, and the Lower Yangzi. **Modern China Studies**, v. 17, n. 2, 2010. Disponível em www.ebscohost.com, Acesso em 04 abr. 2016